



**16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**  
**Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”**  
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

**ARTE E CULTURA NO ASSENTAMENTO DOS CAETANOS DE CIMA –  
AMONTADA/ CE**

**Luciana Gomes Marinho<sup>1</sup>**  
**Rita de Cássia Duarte de Figueiredo<sup>2</sup>**  
**María Assunção de Araújo Oliveira<sup>3</sup>**  
**Jacqueline do Nascimento Carvalho<sup>4</sup>**  
**Eleni Oliveira da Silva<sup>5</sup>**  
**Salvelina Portela Oliveira<sup>6</sup>**

**Resumo:** Este artigo, a partir de uma leitura teórica e de uma aula de campo, apresenta elementos da arte e da cultura do Assentamento de Caetanos de Cima (Amontada - CE), tais como as suas festas, a sua culinária e as suas crenças. Não obstante, trata, ainda, sobre conceitos como a Reforma Agrária e um pouco da sua história no Brasil e no estado do Ceará.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária. Assentamento dos Caetanos de Cima. Arte e Cultura.

**Abstract:** This article, based on a theoretical reading and a field lesson, presents elements of the art and culture of the Settlement of Caetanos de Cima (Amontada - CE), such as its festivals, its cuisine and its beliefs. However, it also deals with concepts such as Agrarian Reform and some of its history in Brazil and the state of Ceará.

**Keywords:** Agrarian Reform. Settlement of the Caetanos de Cima. Art and culture.

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo se deu a partir da necessidade de avaliação pela disciplina de Movimentos Sociais do Curso de Serviço Social da Faculdade Ratio. Para que este pudesse se tornar possível, fez-se essencial a participação em uma Aula de Campo realizada no mês de abril deste ano, no município de Amontada, distrito de Sabiaguaba, no Assentamento dos Caetanos de Cima, no estado do Ceará.

Neste trabalho, a partir de um recorte didático, propomos uma apresentação acerca da Arte e da Cultura manifestada no referido Assentamento. Isto porque, embora tenhamos conhecimento de que exista nele outros aspectos relevantes a serem debatidos, coube à esta equipe a produção escrita sobre tais conceitos.

Dessa forma, apresentamos alguns aspectos sociohistóricos sobre a Reforma Agrária no Brasil para que tenhamos uma ideia dos pontos gerais da construção e

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social, Faculdade Ratio, E-mail: lucianampe@hotmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, Faculdade Ratio, E-mail: lucianampe@hotmail.com.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação, Faculdade Ratio, E-mail: lucianampe@hotmail.com.

<sup>4</sup> Estudante de Graduação, Faculdade Ratio, E-mail: lucianampe@hotmail.com.

<sup>5</sup> Estudante de Graduação, Faculdade Ratio, E-mail: lucianampe@hotmail.com.

<sup>6</sup> Estudante de Graduação, Faculdade Ratio, E-mail: lucianampe@hotmail.com.

motivação dessa luta. Em seguida, enfocamos sobre esse processo sociohistórico no Ceará, local em que está situado o Assentamento dos Caetanos de Cima, objeto deste estudo. Por fim, expusemos sobre a Arte e Cultura do Assentamento em questão, através da observação participante realizada na pesquisa de campo.

## **2. REFORMA AGRÁRIA**

### **2.1 Contexto Sócio Histórico Brasileiro**

A reforma agrária tem por objetivo proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, efetuar a distribuição da terra para a realização de sua função social. Esse processo é realizado pelo Estado, que compra ou desapropria terras de grandes latifundiários<sup>7</sup> e distribui lotes de terras para famílias camponesas.

A Reforma Agrária é o resultado das reivindicações e pressões dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra. Conflitos entre os latifundiários e os trabalhadores sem terra na disputa pela terra resultam na desavença entre essas classes sociais e onde o interesse pela terra consiste em objetivos distintos, os latifundiários não querem abrir mão da terra por interesses capitalistas, enquanto o trabalhador sem terra luta pela chance de ter um pedaço de chão para se fixar com sua família e a partir daí conquistar melhores condições de vida. Essa disputa nos remete a noção de território, que assume um lugar central desse conflito entre as duas classes (OLIVEIRA, 2001).

O monopólio da terra no Brasil tem suas origens ainda no século XVI, com as Capitânicas Hereditárias, que deram origem à estrutura fundiária brasileira de grande propriedade. Os grandes latifúndios escravistas são resultado desta distribuição desigual de terra iniciada com a colonização brasileira, esses latifúndios permanecem até os dias atuais, com configurações diferentes. Como nos mostra Coggiola (2007), o latifúndio e o capitalismo brasileiro tem sua origem na escravidão e o resultado deste processo histórico culminou em um campo desigual que se reflete até os dias de hoje.

Ainda segundo o autor, em 1850, foi criada a Lei de Terras no Brasil, essa lei vem substituir a posse pela compra de terra. Isto posto, os detentores do poder econômico foram beneficiados por tal lei e as pessoas pobres perderam suas terras, restando a elas apenas a venda de sua mão de obra. Essa lei acabou criando um impedimento do acesso à terra para alguns cidadãos, pois, embora, a lei afirmasse que qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário, na prática, somente aqueles que tinham poder aquisitivo teriam de fato acesso a propriedade da terra.

---

<sup>7</sup> Para Coggiola (2007) o latifúndio é uma grande extensão de terras e o principal objetivo do latifundiário é a valorização de suas terras e a especulação imobiliária e não a produção agrícola.

Ao analisarmos o processo histórico do nosso país, podemos perceber como as leis vão se moldando para o fortalecimento dos latifundiários, como nos exemplos citados acima. Dessa forma, no século XX, ocorreram profundas transformações do espaço agrário brasileiro, inclusive o surgimento da luta pela Reforma Agrária (COGGIOLA, 2007).

Aqui cabe um parêntese para diferenciar a luta pela terra e a luta pela Reforma Agrária. A primeira é uma luta constante dos camponeses, tem sua origem junto ao surgimento dos latifúndios, nela os trabalhadores ocupam as terras improdutivas e a usa para sua subsistência e de sua família. Enquanto que a luta pela Reforma Agrária no Brasil é mais recente, ganhou força principalmente a partir da década de 1950 com o crescimento das ligas camponesas. A luta pela Reforma Agrária<sup>8</sup> é mais abrangente e profunda, trata-se da luta pela mudança nas leis. Essas duas lutas citadas se reforçaram a partir da segunda metade do século XX, bem como os conflitos agrários foram intensificados em reação a esse acontecimento, uma vez que o fortalecimento dessa causa não é de interesse do grande capital (COGGIOLA, 2007).

A formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) tem início em 1979 com a ocupação da Gleba Macali, no município de Ronda Altas, no Rio Grande do Sul. Essas terras faziam parte das lutas pela terra ainda na década de 1960, período em que o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) organizou os acampamentos na região. Embora esses acontecimentos, o MST nasceu oficialmente em 1984, no 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel-PR. Ao longo de sua caminhada o MST constituiu seu espaço político (SILVA FILHO, 2008).

Fruto de amplos debates e conflitos teóricos e políticos, em uma luta travada por sindicatos rurais, movimentos populares, partidos e interesses de latifundiários, instituiu-se na Constituição Federal de 1988 o Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, composto por oito artigos (184 a 192), visando regulamentar os requisitos para a desapropriação de terras para fins sociais.

O papel do MST enquanto movimento organizado é fortalecer a luta dos trabalhadores na conquista pela terra. A luta e resistência dos trabalhadores para conquistar um pedaço de terra são materializadas e territorializadas através da ocupação da terra. A reforma agrária é um meio para acabar com o monopólio da terra e possibilitar o acesso dos trabalhadores rurais aos frutos do seu próprio trabalho.

Mais de cinco séculos após a colonização do Brasil, embora os discursos sejam voltados para a diminuição das desigualdades, elas permanecem e são preponderantes. Os latifúndios predominam no país e os camponeses que conseguem permanecer no campo

---

8 De acordo com a lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, mais conhecida como Estatuto da Terra, em seu parágrafo primeiro do artigo primeiro “considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.

vivem em situações difíceis pois os investimentos do Estado para os pequenos agricultores são ínfimos diante das necessidades que eles apresentam (COGGIOLA, 2007).

Segundo Francisco (2019) a realização da reforma agrária no Brasil é lenta e enfrenta várias barreiras, entre elas podemos destacar a resistência dos grandes proprietários rurais (latifundiários), dificuldades jurídicas, além do elevado custo de manutenção das famílias assentadas, pois essas famílias que recebem lotes de terras da reforma agrária necessitam de financiamentos com juros baixos para a compra de adubos, sementes e máquinas, os assentamentos necessitam de infraestrutura, entre outros aspectos. Percebemos então que é de extrema importância a realização da reforma agrária no país, proporcionando terra para a população trabalhar, aumentando a produção agrícola, redução das desigualdades sociais, democratização da estrutura fundiária, etc.

Ainda de acordo com o mesmo autor, outra forma de aquisição da propriedade rural para fins de reforma agrária é a compra direta de terras de seus proprietários. Conforme dados do INCRA, de 2003 a 2009, o Governo do Brasil comprou mais de 40 milhões de hectares para realizar a reforma, enquanto a expropriação atingiu apenas 3 milhões de hectares, e destinou mais de 80 milhões de hectares para fins da reforma agrária, realizando o assentamento de, aproximadamente, 920 mil pessoas.

Dados da página eletrônica Reforma Agrária no Brasil trazem um alerta sobre uma pesquisa realizada em 2009 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre a lentidão no processo de mudanças na situação agrária do país, permanecendo quase que inalterada nos últimos 20 (vinte) anos.

Notadamente, o momento atual é ainda de maior preocupação, o presidente Jair Bolsonaro emitiu um memorando circular em abril deste ano, suspendendo as vistorias de imóveis e os processos administrativos em fase de instrução, citando a LOA (Lei Orçamentária Anual) como motivo para essa decisão. O presidente alega falta de orçamento para o programa nacional de reforma agrária, entretanto houve o perdão da dívida de 17 bilhões dos latifundiários, além disso, é o grande latifundiário Nabhan Garcia quem preside a pasta, logo, torna-se compreensível o direcionamento das decisões tomadas. Com esses dados mencionados por Alcântara (2019) no portal eletrônico do MST, percebemos que o momento é de maior dificuldade na luta pela reforma agrária e que isso vai se refletir em todos os pontos do país, inclusive no Ceará.

## **2.2 Reforma Agrária no Ceará**

A discussão sobre os direitos dos trabalhadores afluíram com a expulsão dos moradores parceiros (camponês que, em troca de parte da terra para trabalho e/ou moradia, oferecia seus serviços ou parte de seus produtos e/ou renda) que residiam no interior das grandes propriedades rurais, no sertão cearense, no final dos anos 1960, início dos anos 1970. Essa expulsão se deu de forma direta e indireta, esta última consiste na inviabilidade de estadia do trabalhador devido a variadas ações do proprietário. Todo esse movimento gerou várias mobilizações pelo interior do Ceará, tomando por base a reivindicação da aplicabilidade do Estatuto da Terra (BARREIRA e ALENCAR, 2007).

Ainda segundo os autores, as reivindicações dos moradores parceiros tiveram como parceiros “a Igreja Católica, através do movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE), com alguns STRs<sup>9</sup> exercendo um papel fundamental” (p. 129). Houve uma grande mobilização em 1979, em Quixeramobim, quando a aplicação do Estatuto da Terra passou a fazer parte da agenda política do STR.

Barreira e Alencar (2007) destacam outros três grandes conflitos que ocorreram na propriedade de Japuará (1968 - 1971), na fazenda Monte Castelo (1978 - 1983) e na fazenda Carneiro/Santo Antônio (1979 - 1982). Foram obtidos ganhos para os moradores parceiros, obtendo como resposta a essas lutas, a desapropriação das duas primeiras propriedades citadas, e de uma parte da terceira fazenda. As reivindicações eram contra os despejos dos moradores parceiros (primeira), a redução nas taxas cobradas pelos donos de terras aos moradores parceiros (segunda), e a proibição dos moradores parceiros criarem animais pequenos e fazerem seus roçados.

Na década de 1980, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passa a fazer a mediação desses conflitos, e, em 1986, as desapropriações ganham uma nova roupagem com a chegada do Plano Regional de Reforma Agrária do Ceará (PRRA-CE). No entanto, o estado do Ceará não conseguiu atingir a meta proposta até o ano de 1989. O total de desapropriações correspondeu a apenas 8,66% do total estimado. Ainda assim, comparado às metas nacionais, o Ceará obteve melhor desempenho, resultado esse decorrente das mobilizações dos trabalhadores rurais e seus apoiadores e na administração dos órgãos federal e estadual que puseram seu olhar nas políticas agrícola e agrária (BARREIRA e ALENCAR, 2007).

Com dados fornecidos pelos autores citados acima, temos que a primeira ocupação ocorrida no estado do Ceará ocorreu nas Fazendas Reunidas São Joaquim, em Madalena. Esse fato ocorreu em 1989 e foi organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O número de assentamentos foi sendo reduzido no estado entre 1985 e 1994,

---

<sup>9</sup> Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

elevando esse número novamente no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1997) com o Programa de Reforma Agrária.

Os autores trazem ainda que a concentração de terras vem aumentando no estado, “apesar dos planos de reforma agrária dos governos federal e estadual, e da implementação dos projetos de assentamentos do INCRA e do IDACE, a propriedade da terra apresenta tendência crescente à concentração” (p. 131). Isso resulta em uma necessária e constante luta pelos assentamentos e pelas condições de vida nestes espaços, para que a terra se destine a sua função social.

### **3. ASSENTAMENTO DOS CAETANOS DE CIMA: SABIAGUABA/AMONTADA - CE**

De acordo com página virtual pertencente ao Assentamento dos Caetanos de Cima, este configura-se enquanto uma das comunidades que ocupa a faixa litorânea do município de Amontada, estando situado no distrito de Sabiaguaba, no estado do Ceará. Segundo SILVA (2006), a comunidade estudada, está localizada a 230 km da capital cearense, apresentando como via de acesso as BR 222 e CE 085, além de outras estradas secundárias.

De acordo com portal consultado, sua origem decorre dos movimentos migratórios em direção ao mar e, atualmente, é composta por: pescadores artesanais, artesãos, agricultores tradicionais, camponeses descendentes de indígenas e de populações sertanejas. Nesse assentamento, de acordo com SILVA (2006), vivem 105 famílias, das quais apenas 28 delas são assentadas oficialmente pelo INCRA, sendo que as demais são tidas como agregadas e não assentadas, perfazendo um total de cerca de 300 pessoas.

Ainda de acordo com esta autora, o assentamento em questão possui uma área de 718,9365 hectares desapropriados para fins de Reforma Agrária em 17 de fevereiro de 1987. Segundo a autora, baseando-se em resgate oral junto à comunidade, sua origem se deu em uma época onde as terras eram livres, habitadas por índios, cujos personagens de nome Tereza, uma índia, e Leonardo, um português, exerceram especial destaque, isto porque, estes casaram-se e, juntos, tornaram-se donos destas terras. Em depoimento colhido pela autora junto ao Sr. José Sousa da Silva, ex-presidente de APAPAIAS (Associação de Pequenos Agricultores e Pescadores do Imóvel Sabiaguaba), e atuante no movimento da luta pela terra, a mesma obteve que:

[...] o Leonardo quando veio de Portugal passou pelo Rio de Janeiro, depois resolveu vir conhecer o litoral do lado de cá, chegando aqui, se engraçou com a índia Tereza e quis casar com ela, aí ele se casou com essa mulher. Mas para ser dono, para fazer parte das terras do Brasil, ele voltou para o Rio de Janeiro, chegou lá conversou com Dom Pedro II [...] e aí Dom Pedro II fez a escritura do terreno e ele ficou morando aqui. Então o nome dele era Leonardo, mas o sobrenome ninguém sabe. Aí ele ficou sendo chamado de Leonardo Barbosa por causa dos índios Barbosa. [...]. A escritura tinha até o símbolo do Dom Pedro II [...] eram

quatro léguas de terra, duas léguas do mar ao centro, duas léguas de fundo e duas léguas de frente [...]

De acordo com SILVA (2006), mediante depoimento colhido junto aos moradores, o nome “Caetanos” originou-se a partir de um escravo que apareceu naquela região e por lá decidiu fixar residência. Segundo descrevem, assim como este chegou, também saiu, porém, o nome que batiza a comunidade permaneceu.

Em nossa Aula de Campo, tivemos a oportunidade de conversar com a liderança local, Sr. Josafá Eurípedes, o qual nos relatou que a fundação do Assentamento em questão data de mais de 30 anos e se deu através de muitas lutas. A maior dessas, de acordo com HOLANDA (2016), foi empreendida na década de 1980, quando junto a outras comunidades, os moradores locais foram em busca da regularização de sua situação fundiária, o que culminou na criação do assentamento Sabiaguaba. De acordo com a mesma autora, no entanto, ainda que a criação do assentamento tenha representado uma grande vitória, ela não sanou por completo os conflitos existentes no território.

Ainda segundo o portal dos Caetanos, tem-se que a sua subsistência compreende desde a pesca artesanal, a criação de animais de pequeno porte, a agricultura camponesa, os quintais produtivos, o turismo comunitário e as manifestações culturais e religiosas, tais como: a dança do côco, a capoeira, a quadrilha, os dramas, as cantorias, dentre outros. Isto é, mais que uma expressão de sua arte e cultura, os moradores utilizam-se dos artefatos acima para complementar a sua sobrevivência e, sobre isso, trataremos melhor no tópico a seguir.

### **3.1 As Manifestações de Arte e Cultura**

De acordo com HOLANDA (2016), a comunidade de Caetanos de Cima possui uma vasta diversidade de manifestações da cultura popular, que são vivenciadas como espaços concretos de enraizamento de suas memórias. Isto porque, refere, é através dos cordéis, do coco de praia, do reisado, do preparo de alimentação tradicional e dos lambedores, dentre outros, que se transmitem os seus valores e os seus saberes sobre a terra e o mar, sobre os ofícios da pesca e da agricultura, a partir dos quais é possível estabelecer uma relação íntima com a natureza.

A mesma autora apresenta em seu relato uma fala de uma senhora de nome Tereza, artesã, marisqueira, e uma das brincantes do Grupo Raízes do Coco, onde a mesma diz: “O povo de Caetanos é um povo que tem história”. Dentre as suas manifestações culturais, destaca-se o Grupo Raízes do Coco que, segundo a autora, surgiu no ano de 2005, a partir da articulação com o Ponto de Cultura, o que possibilitou a retomada desta brincadeira que havia sido abandonada a cerca de 40 anos.

Segundo a mesma fonte, bem como em conversas realizadas pela equipe em nossa aula de campo com os seus atuais moradores, antes a brincadeira era realizada apenas pelos homens - os pescadores - que, ao chegar em terra firme faziam uma festa. Dona Tereza, aponta, era uma das mulheres que observava de longe e, que aprendeu os passos mesmo sem brincar. Ela, mestre João Quirino, e o mestre ratinho, já falecido, ajudaram a retomar a brincadeira, mas o incentivo veio dos mais jovens, que durante muito tempo insistiram com eles e, que chegaram a pesquisar outros grupos de coco de praia.

A dança do coco, por sua vez, segundo Gomes e Neto (2010), começou em Caetanos de Cima, a partir de uma família chamada Macaíba, mais conhecida como Cabeluda. Segundo a mesma fonte, todos os domingos à tarde, eles se reuniam debaixo de um cajueiro, De acordo com os autores, esta é uma das tradições mais antigas da comunidade que com o tempo foi se acabando e que, por muito tempo, deixou de existir. Com a chegada do Ponto de Cultura, no entanto, impulsionou-se uma retomada desta tradição e, hoje dançam todos, mas as crianças têm especial destaque.

Na religião se destacam as comemorações da Festa da Padroeira, Nossa Senhora das Graças, comemorada dia 27 de novembro de cada ano e a Festa de São Pedro, que acontece todo os anos no dia 29 de junho, mas as comemorações iniciam no dia anterior, com o Terreiro Cultural. Durante a festa de São Pedro há uma tradição de rezar a novena e, no último dia, há uma procissão de canoas no mar e, ao chegarem à praia, realizasse-se uma missa em frente à imagem do santo. Quanto à Festa da Padroeira, em 2020, serão 40 anos de comemoração onde acontecem as novenas, e no dia 27 de novembro uma grande missa e quermesse.

Outras manifestações presentes no assentamento em questão são: o Grupo de Batucada promovido pelas mulheres que tocam a alfaia e o xequerê; a Capoeira Armada Dupla, que acontece na praia todas às quintas e sextas-feiras e o Reisado da Tia Luiza, festa popular que se realiza na véspera e no Dia de Reis.

Também aparece como aspecto relevante a ser tratado, a cultura das rezadeiras, muito utilizadas na comunidade no intuito da cura de quebranto, afastamento dos maus espíritos e das enfermidades do corpo etc. Em Caetanos de Cima, curar pela reza é uma prática cultural muito presente, pois há várias rezadeiras. Entre elas, destacam-se Tia Geralda, Tereza Ribeiro, Maria Vicente, Carma Holanda e outras mulheres que apresentam um repertório de rezas menor. A maior delas foi a Mãe Zefa, já falecida. Outras mulheres, no entanto, continuam a rezar e a manter viva esta tradição na comunidade.

Segundo Gomes e Neto (2010), a pessoa que nasce para ser curador ou curandeira carrega um sinal no meio da cabeça, porém precisa desenvolver e praticar. De acordo com os autores, faz-se importante salientar que muitas das rezadeiras não concordam com isto, dizendo que qualquer pessoa que quiser pode tornar-se uma rezadeira ou um rezador,

bastando, para tanto, dedicar-se à arte, isto é, ter vocação.

A culinária também faz parte da cultura local. Originadas nos tradicionais modos de vida das descendência negra, indígena e sertaneja, as comidas do Assentamento são preparadas com produtos cultivados nos quintais e roçados, animais de pequeno porte ou pescados no mar que banha o território da comunidade. Assim, além da soberania alimentar, a comida também se constitui em manifestação e afirmação cultural necessárias aos modos de vida na comunidade.

Dentre as comidas típicas consumidas estão a moqueca de arraia, a galinha caipira, o pirão, a caranguejada, a tapioca, o beiju, o grude, os peixes, os frutos do mar, a cocada, entre outros.

Outra manifestação cultural de grande importância no Assentamento é o Terreiro Cultural. Ao som dos tambores do coco, do berimbau e de músicas juninas, num terreiro demarcado à beira da praia e aquecido pela fogueira, acontece no dia 28 de junho, véspera da Festa de São Pedro. O evento reúne cerca de 300 pessoas entre moradores da comunidade, de outras comunidades próximas, amigos/as e parceiros/as; a organização, por sua vez, fica por conta da juventude local e outros militantes comunitários.

O Terreiro Cultural tem apresentações de dança contemporânea, dança do coco, quadrilha, teatro, batuque das mulheres e capoeira, além de quadrilhas de outra comunidade.

Por fim, há que se falar do Turismo Comunitário e da Rede Tucum, que é uma articulação formada há 11 anos, por grupos de comunidades da zona costeira que realizam o turismo comunitário no Ceará. Viajar pela Rede Tucum, de acordo com o *portal* dos Caetanos, é “uma oportunidade de conviver com ambientes preservados, conhecer os modos de vida de comunidades tradicionais e realizar intercâmbios culturais”.

De acordo com a mesma fonte, Caetanos de Cima configura-se como uma comunidade tradicional, caracterizada pelo uso e pela propriedade coletiva da terra. Além das atividades econômicas, como a pesca artesanal e a agricultura familiar, o Turismo Comunitário aparece como mais uma forma de fortalecer e unificar a sua luta em defesa do território.

O turismo realizado nos Caetanos de Cima requer um vasto entendimento e respeito à comunidade local, isto porque sua história se caracteriza por alguns valores, dentre eles: a sua resistência pelo espaço social na luta pela terra; a preservação de sua cultura; o respeito ao meio ambiente e uma educação que preserva os saberes populares.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta disciplina de Movimentos Sociais, trabalhou-se a importância da compreensão de conceitos com a Reforma Agrária, enquanto movimento de luta, aqui, especificamente vinculado ao Assentamento de Caetanos de Cima (Amontada - CE). Através desta, tivemos a oportunidade de aprofundar os conteúdos discutidos em sala através de uma aula de campo e das orientações recebidas pela docente.

Entendemos que os objetivos inicialmente almejados foram atingidos uma vez que retratou-se aqui aspectos pertinentes à arte e à cultura do Assentamento de Caetanos de Cima. A acolhida recebida por nós durante a viagem excedeu as expectativas: trata-se de um povo muito hospitaleiro e que dividiu conosco um pouco de sua história e cultura.

Avaliamos na oportunidade, no entanto, que seria benéfico para a comunidade caso estes investissem mais adequadamente na divulgação de seus produtos, principalmente do coco, pois compreendemos que o mesmo vem sendo pouco explorado.

Quanto ao Turismo Comunitário, percebemos que o mesmo acontece de maneira satisfatória, mas que o Assentamento ainda é precário no serviço e na disponibilidade de seus restaurantes que poderiam contar com um atendimento mais voltado aos turismo. Fomos informados, na ocasião, que o mesmo estava passando por algumas mudanças na sua direção, o que justifica algumas falhas no atendimento.

Por fim, enfatizamos que este trabalho não pretende retratar uma verdade absoluta, uma vez que se trata de apenas um recorte no tempo e no espaço de uma realidade que a nós foi apresentada. Avaliamos, no entanto, que tenha sido uma experiência enriquecedora tanto para nós que executamos o trabalho, como para a comunidade que pôde ter a sua economia alavancada e sua cultura divulgada ao receber o turismo que lhe traz, não apenas um retorno financeiro positivo, mas também proporciona trocas de experiências e cultura.

## 6. REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Fernanda. **Governo Bolsonaro Rasga a Constituição ao Determinar a Paralisação da Reforma Agrária**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2019. Disponível em < <http://www.mst.org.br/2019/04/01/governo-bolsonaro-rasga-a-constituicao-ao-determinar-a-paralisacao-da-reforma-agraria.html> > Acesso em 05 de junho de 2019.

BARREIRA, César; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Assentamentos Rurais: o sonho da terra conquistada**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 38, n. 1, 2007.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1964. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm) > Acesso em 03 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil e 1988**. Institui a Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) > Acesso em 03 de junho de 2019.

COGGIOLA, Osvaldo. **La Cuestión Agraria en Brasil**. Grupo de Pesquisa História e Economia Mundial Contemporâneas. Artigos. Março de 2007.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Reforma Agrária**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm>. Acesso em 05 de junho de 2019.

GOMES, Alexandre Oliveira; NETO, João Paulo Vieira. **Historiando Caetanos de Cima**. Instituto Terramar. Rede Cearense de Turismo Comunitário. Fortaleza: Expressão Gráfica/Eurocópia Gráfica Rápida, 2010. Disponível em < <https://pt.scribd.com/document/67304389/Historiando-Caetanos-de-Cima> > Acesso em 23 de maio de 2019.

SEM AUTOR. **Reforma Agrária no Brasil**. Disponível em < <http://reforma-agraria-no-brasil.info/> > Acesso em 05 de junho de 2019.

SILVA JUNIOR, Francisco Cláudio Oliveira. **A Reforma Agrária na Constituição Federal de 1988 e o Desenvolvimento Econômico do País - Efetividade e Limites**. In: Encontro Regional de Estudantes de Direito. Encontro regional de Assessoria Jurídica Universitária. Ceará: Crato, 2008. Sessão de Diálogos 3. Disponível em < [http://urca.br/ered2008/CDAnais/pdf/SD3\\_files/Francisco\\_SILVA\\_FILHO.pdf](http://urca.br/ered2008/CDAnais/pdf/SD3_files/Francisco_SILVA_FILHO.pdf) > Acesso em 04 de junho de 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados. 2001, v.15, n.43, p. 185-206.